

A INSUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DISCURSOS E SIGNIFICADOS

Aécio Alves de Oliveira¹

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A natureza é o corpo inorgânico do homem (...) O homem vive na natureza – significa que a natureza é seu corpo com o qual ele deve permanecer se não quiser morrer. Porque a vida física e espiritual do homem está presa à natureza, significa dizer simplesmente que a natureza está conectada a si mesma, pois o homem é parte da natureza. (...). Nem sequer toda a sociedade, uma nação, mais ainda, todas as sociedades contemporâneas juntas são proprietárias da Terra. Somente são seus possuidores, seus usufrutuários, e devem melhorá-la, como *boni patres familias*, para as gerações futuras. (Karl Marx, 1988, p. 113).

Antes de entrar no debate sobre os significados e os discursos em torno da concepção de “desenvolvimento sustentável” é interessante analisar cada uma das palavras que fazem esta expressão. Essas preliminares são importantes para desmistificar o discurso em torno da acentuada positividade para ambos os termos da composição. Os argumentos apresentados levam à conclusão de que se trata de mais um oximoro dentre tantos para justificar o modo de produção e de vida que predomina na particularidade histórica da sociedade capitalista.

1. DESENVOLVIMENTO

O termo “desenvolvimento” sugere evolução, seja de sistemas sociais ou ecológicos, desde as estruturas mais simples até as mais complexas. Em geral, para os sistemas sociais, os termos “desenvolvimen-

1 Economista e professor do Bacharelado em Economia Ecológica da Universidade Federal do Ceará e do Doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: aecioeco@ufc.br.

to” e “crescimento” são tomados como sinônimos, embora se considere que “crescimento” é a condição necessária para “desenvolvimento”. Diz-se, então, que “crescimento” se refere a acréscimos quantitativos e “desenvolvimento” implica mudanças qualitativas. Em se tratando de sistemas ecológicos, o crescimento de uma espécie pode estar associado a desequilíbrios ambientais, ou seja, a uma perda de qualidade.

No que se refere ao sistema econômico, aparecem vários dilemas. Crescer para depois distribuir ou distribuir crescendo? Do ponto de vista do senso comum, crescimento acelerado é condição para criar emprego, mas pode gerar ou mesmo acelerar a inflação. Crescimento econômico lento não cria empregos suficientes, mas evita aumentos de preços. O que é melhor? Que critérios são mais adequados para definir o que é melhor?

A solução para esses dilemas tem sido deixá-los de lado e assumir que a dimensão quantitativa é o mais importante para a evolução das sociedades humanas. Adam Smith, um dos principais economistas clássicos, atribuía enorme importância ao crescimento dos meios de produção, à acumulação de capital, ao avanço tecnológico, ao aumento de produtividade e à extensão dos mercados. Essas eram as condições necessárias para o progresso e as causas da riqueza das nações. A ênfase é muito mais sobre a expansão das forças produtivas e muito menos sobre melhorias qualitativas das condições de vida do conjunto dos indivíduos e menos ainda mudanças voltadas para transformações das relações sociais de produção.

O predomínio da dimensão quantitativa efetivou-se com o modelo industrial de desenvolvimento a que se conformou a sociedade moderna. O pressuposto fundante é a busca insistente de progresso material. Com tal perspectiva, a ideologia do crescimento ilimitado se impôs sobre todas as nações como condição crucial para a resolução de problemas econômicos e sociais. As sociedades somente progrediriam se adotassem medidas voltadas para a busca de padrões cada vez mais elevados de riqueza material e de consumo. Assim ocorreu com as nações que se situam no centro do capitalismo. O termo “desenvolvimento” ficou mecanicamente associado à noção de progresso material. Isso vale para um indivíduo e para as nações.

Desse modo, “desenvolvimento” carrega positivities, como progresso e crescimento econômico, embora também possa se referir a situações desagradáveis quando associado a doenças, ao avanço da devastação, à expansão desordenada das cidades, dentre outras. No âmbito dessa concepção, muito é “bom”; pouco é “ruim”. Porém, por vezes, muito pode ser considerado ruim – “crescimento econômico acelerado causa inflação” – e pouco, considerado bom – “crescimento econômico lento freia o aumento de preços”. É claro que esses dilemas são próprios da dimensão quantitativa relacionada aos processos econômicos capitalistas em sua totalidade.

E o que dizer das dimensões qualitativas dos processos econômicos e suas relações com os ecossistemas?

Para os sistemas ecológicos, a busca permanente de equilíbrio e sua capacidade de regeneração dão a “medida” de seu desenvolvimento. O crescimento da biodiversidade é o caminho a ser tomado para garantir melhores condições de vida a todas as espécies que habitam a Terra. Quanto mais biodiversidade mais alargado é o domínio da Natureza e maior a capacidade de regeneração do ambiente. As interações entre os sistemas ecológicos sugerem que evolução é um processo de busca de equilíbrio, de crescimento ecologicamente equilibrado. Em geral, o crescimento exagerado de uma espécie é um indicador de desequilíbrio e não de progresso.

Para os processos econômicos capitalistas não pode haver limites à expansão quantitativa, não importando as consequências sobre a biosfera. Contudo, a transformação dos bens comuns em mercadorias leva à degradação e piora das condições de vida de todas as espécies. A espécie humana fica exposta ao ataque de novas doenças pela proliferação de vírus que tiverem seus habitats destruídos.

2. SUSTENTÁVEL

Sustentar significa segurar, suportar, apoiar, resistir, conservar, manter, alimentar-se etc. Desse modo, “sustentável” traz a ideia de capacidade de suportar, ou de dar resposta. No contexto dos sistemas ecológicos, há componentes vivos (bióticos) e não vivos (abióticos) em permanente interação. Neles, o adjetivo “sustentável”, associado

a “desenvolvimento”, tem mais a ver com as populações das demais espécies de animais e de vegetais do que mesmo com as populações humanas em suas interações com a Natureza.

Como as populações humanas são uma forma de vida que interage com as demais formas, o significado de “sustentável” se traduz em alimentar-se, manter-se e conservar-se. Antes de tudo, para que as sociedades humanas garantam sua existência biológica é preciso que a vitalidade e a diversidade da Terra sejam garantidas. Clima, ar e água sem poluição; conservação das espécies de plantas, animais e outros organismos e suas próprias mutações genéticas; utilização racional dos recursos renováveis e dos recursos não renováveis. Esses são os requerimentos cruciais para suportar a vida em sociedade no Planeta.

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desse modo, na expressão “desenvolvimento sustentável”, esta última palavra adquire um sentido mais específico, mais próximo dos princípios e leis da Natureza. De modo geral, refere-se aos ecossistemas naturais, sua biodiversidade e capacidade de regeneração.

Mas, os variados usos de “desenvolvimento sustentável” nos discursos da maioria dos políticos, economistas, profissionais das várias mídias, na sociedade capitalista, têm contribuído para torná-la uma expressão curiosamente ambígua. Em primeiro lugar, forma um oxímoro, por resultar da junção de duas palavras que têm sentidos opostos: “Desenvolvimento” é progresso material; “Sustentável”, conservação da vida. A constatação desse oxímoro está no histórico dos anos que se seguiram à primeira Revolução Industrial, mais ainda ao pós-Segunda Guerra, que mostra a escalada das emissões de gases provenientes da queima de combustível fóssil. O notório físico estadunidense, James Hansen (*Apud* MARQUES, 2015, p. 595), especialista em aquecimento global, manifestou a sua preocupação: “A queima de todos os combustíveis fósseis levará o sistema climático a ultrapassar pontos críticos, de modo que estamos legando a nossos filhos e netos uma situação fora de seu controle”.

A noção de “desenvolvimento sustentável”, contudo, vem ganhando projeção e importância junto a amplos segmentos da sociedade e

suas entidades representativas e, ao mesmo tempo, sendo apropriado pelas mídias, empresas capitalistas e governos. Talvez, por isso mesmo, não se pode dizer que existe um consenso teórico quanto a seu significado e menos ainda nos momentos de sua operacionalização. Parece mesmo que os usos seguem as conveniências dos usuários. Em sendo assim, mais correto seria dizer que se trata de uma expressão “convenientemente sem sentido”.

A grande questão é: como praticar o “desenvolvimento sustentável” no contexto do modo de produção e distribuição e do modo de vida da sociedade capitalista? Em uma economia de mercado, que tem o lucro (expansão do dinheiro) como finalidade, é possível contemplar todas as dimensões do conceito? Seria possível um “desenvolvimento capitalista sustentável”?

Para responder a essas questões, é preciso aprofundar o debate sobre as relações entre Homem e Natureza no contexto das sociedades capitalistas contemporâneas. Concretamente, aprofundar o debate em torno das ações humanas orientadas pela busca do lucro e seus impactos sobre a biosfera. A compreensão das mudanças climáticas e dos desequilíbrios ecossistêmicos que grassam o Planeta exige esse caminho metodológico para que as ambiguidades inerentes ao “desenvolvimento sustentável” sejam mais bem compreendidas.

4. A INSUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A sociedade em que vivemos é um modelo de “desenvolvimento sustentável”? Caso contrário, que outro “modelo” seria necessário para atender os princípios de um desenvolvimento qualificado como ecologicamente sustentável?

O modo de produção e de vida inerente à sociedade capitalista – em que prevalece a acumulação de capital e o consumismo – incompatibiliza-se com a capacidade de suporte dos ecossistemas que nos garantem a vida na Terra. A busca de progresso material a qualquer custo é a lei geral. Existiriam outros modos mais adequados?

O que há de insustentável no progresso material alcançado pela humanidade? Esta pergunta nos remete ao discurso que se disseminou

por todo o mundo com a publicação do Relatório Brundtland. Refiro-me à panaceia que se criou em torno da positividade do conceito de “desenvolvimento sustentável”.

O Relatório tinha a “boa” intenção de minimizar o conflito entre a retomada do crescimento econômico – promovido pela onda neoliberal que se instalava desde Margareth Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1981) – e a degradação ambiental que se acentuava em escala global. O desafio posto no início dos anos de 1980 era dar continuidade ao progresso material sem degradar o ambiente, com a inclusão dos países do chamado terceiro mundo nos circuitos econômicos globais do comércio e da finança. “Desenvolvimento sustentável” foi a denominação encontrada para atribuir um novo significado a crescimento econômico. Esse é o foco do documento intitulado *Nosso Futuro Comum* (1991), publicado em outubro de 1987.

O significado mais conhecido de “desenvolvimento sustentável”, e mais ambíguo, é apresentado como segue:

Desenvolvimento sustentável é um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo. (*Idem*, p. 4)

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (*Idem*, p. 46).

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (*Idem*, p. 49).

Como se pode observar, a expressão “desenvolvimento sustentável” contém, simultaneamente, a busca de eficiência econômica, justiça social e harmonia com o ambiente natural. Mais do que um novo conceito, apresenta-se como um processo de mudança em que a exploração de recursos naturais, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional devem levar em conta as necessidades das gerações atuais e futuras.

Como está apresentado é um conceito normativo que envolve compromissos entre objetivos sociais, ecológicos e econômicos. Quando se refere à mitigação da pobreza e à exclusão social, e relaciona as aspirações de paz e liberdade com melhoria das condições de vida de todos os habitantes do Planeta e um ambiente natural saudável, a expressão “desenvolvimento sustentável” costura uma roupa nova, tentando reconciliar velhos conflitos reais entre economia e ecologia e o dilema entre o presente e o futuro. Ademais, o conceito contém uma carga valorativa importante, quando relaciona crescimento econômico e melhor distribuição de renda com saúde e educação de qualidade.

Estaria essa nova qualificação anunciando uma mudança paradigmática? Por que o adjetivo “sustentável”? Este adjetivo é o reconhecimento de que o progresso se tornara economicamente insustentável? Ou socioambientalmente insustentável?

Podemos até admitir que a premissa do Relatório esteja ecologicamente correta: ambiente (onde vivemos) e desenvolvimento (o que fazemos, que é o processo econômico) são inseparáveis. Mas, antes de tudo, a ideia de sustentabilidade está orientada para a espécie humana, uma vez que o desenvolvimento se restringe ao atendimento das necessidades do presente sem comprometer o atendimento de necessidades das gerações (humanas) futuras. Daí porque o conceito se torna uma sentença moral que passa a ser repetida como uma verdade inquestionável.

Além de ser antropocêntrico, o discurso reafirma os mecanismos de mercado como dimensão central da vida, mesmo que em uma economia de aparência verdoenga. Para sermos mais exatos, a economia que adquire centralidade é aquela que se instituiu na Europa Ocidental, notadamente desde meados do século XVIII, e que, no século XX, desenvolveu um enorme potencial de degradação e de ruptura sociometabólica, agora inofismavelmente confirmado por pesquisadores das mudanças climáticas.

Para descortinar a aparência, “desenvolvimento sustentável” assemelha-se à antiga ideia de crescimento firme e continuado, em conformidade às teorias do crescimento econômico que estabelecem a

expansão do PIB como prioridade. Ao lado, uma cultura que define o ser social como aquele indivíduo hedonista e insaciável, ávido pela diversidade infindável de bens de consumo a sua disposição nas “catedrais” das mercadorias.

Uma complicação adicional tem a ver com o futuro: atender necessidades das gerações atuais, sem comprometer o atendimento das gerações que ainda não nasceram é um pacto que não pode ser “assinado” com a mediação dos mecanismos de mercados. Nem mesmo as gerações atuais são consideradas, pois esta mesma economia coloniza os significados “atribuídos à vida pelos diferentes povos, etnias e nações” (PORTO-GONÇALVES, 2012).

O processo econômico capitalista é linear, percorre a trilha extração-transformação-consumo-descarte, degradando a Natureza ou dela exigindo um esforço de regeneração que ultrapassa o horizonte temporal desses processos. Uma economia que se pretende em crescimento exponencial, funcionando dentro de um planeta finito em termos de matéria e de serviços ecossistêmicos, provoca uma ruptura sociometabólica irreversível.

Outro dado é que a linearidade da dinâmica da economia capitalista alimenta-se de fontes de energia de origem fóssil, principais emissoras de gases de efeito estufa (GEE). As afetações ambientais apenas demonstram que ambiente e economia precisam ser olhados como partes de um mesmo processo, sobretudo, que o ambiente determina a economia.

Mesmo assim, a ciência econômica que respalda os processos de produção capitalistas parte do pressuposto de que a economia se organiza e funciona para atender necessidades humanas. Mas, que necessidades humanas deverão ser atendidas por essa economia? Aquelas vitais ou aquelas artificiais, necessárias à reprodução do capital? Aquelas que movimentam os negócios ou aquelas necessidades essenciais à vida em sociedade? E o que dizer do aparato tecnológico, midiático e das estruturas sociais e políticas que delimitam o modo de vida desta sociedade?

Temos que combinar algo muito importante! Em nome da **prudência**, a finalidade da economia capitalista e o modo de vida a ela

adequado teriam que ser redefinidos para dar conta do atendimento de necessidades reais de **todas as espécies**, no presente e no futuro. Necessariamente, uma relação adequada entre economia e ambiente e um pacto de equidade entre gerações – do presente e entre estas e as gerações futuras – de modo que as **necessidades básicas e essenciais** de cada indivíduo e de todos sejam atendidas.

Para a ciência estabelecida, o problema econômico central se refere a decisões simultâneas sobre o que, como e para quem produzir. Como então estas decisões são tomadas? Até o presente, pelas “forças cegas dos mercados”, o que não se coaduna nem mesmo ao conceito de “desenvolvimento sustentável” em *Nosso Futuro Comum*.

Se a organização social for estruturada para atender necessidades básicas e essenciais de cada indivíduo e de todos, o problema econômico se torna uma questão de **ecologia política**, por excelência, com a economia sendo orientada para outros objetivos que não o lucro e a acumulação de capital. Agora, rigorosamente, as decisões simultâneas teriam que se referir apenas **ao que e como produzir**, a serem tomadas de maneira consciente (e não pelas “forças cegas do mercado”). O processo de tomada de decisões teria que considerar a efetiva participação de todos os indivíduos que compõem a sociedade humana. Nossas vidas deixariam de ser conduzidas pela “cegueira”. Esta outra política adquire uma dimensão humana fundamental (OLIVEIRA, 2004) para respaldar outra economia e outro modo de vida.

Como uma constatação geral, a formação socioeconômica capitalista é dominada pela lógica da acumulação de riqueza abstrata que pouco (ou nada) tem a ver com as necessidades humanas e das demais espécies. Daí porque terá que ser superada por outra formação em que prevaleçam relações sociais sem quaisquer discriminações. E que os processos de produção levem em consideração a cultura, a biodiversidade e as condições termodinâmicas onde se realizarem. As ressignificações assim sugeridas põem em questão o conceito de desenvolvimento sustentável na sociedade capitalista, mas o torna “essencial para uma sociedade de produtores associados” (FOSTER, 2005, p. 230-232).

Como se desenrola o processo econômico capitalista e o que o torna ecologicamente insustentável?

Nicholas Georgescu-Roegen se tornou um economista dissidente a partir do momento em que tomou a iniciativa de questionar a teoria econômica neoclássica com base na Termodinâmica. Segundo Óscar Carpintero (GEORGESCU-ROEGEN, 2007, p. 11), no final da década de 1940, o matemático, estatístico e economista neoclássico se deu conta de que a teoria econômica ortodoxa ensinada em Harvard, bem como suas recomendações de políticas econômicas, somente era aplicada – quando o fosse – em sociedades industriais avançadas.

Posteriormente, em 1971, com a publicação de sua obra decisiva, estabeleceu importantes relações entre a entropia e o processo econômico que colocaram em questão o paradigma do crescimento econômico ilimitado. Trata-se de *The entropy Law and the economic process*, em que reafirma o caráter entrópico da economia: a produção consiste na transformação de recursos de baixa entropia em resíduos de elevada entropia. De acordo com o segundo princípio da termodinâmica, essa transformação implica em perda de qualidade e degradação da matéria e dissipação da energia utilizada e a impossibilidade de seu reaproveitamento²². Desse modo, o produto final da economia não são mercadorias, mas resíduos e dejetos que deverão ser assimilados pelos ecossistemas.

O reconhecimento de que a Terra é um sistema aberto em termos de energia e fechado em termos de matéria fornece a chave para compreendermos por que iremos nos defrontar com escassez de matéria e não de energia. Como consequência, esse reconhecimento decreta o esvaziamento dos modelos de crescimento econômico, uma vez que os limites biogeoquímicos são visíveis. Pelo mesmo motivo, não é possível admitir que o progresso tecnológico seja a solução para os problemas ambientais. Dizer que a tecnologia resolverá os problemas sociais e ambientais é um mito como muitos outros que se criaram e se criam na sociedade capitalista. Simplesmente porque não é possível produzir matéria e energia. Para tal, seria preciso “revogar” a primeira lei da termodinâmica.

2 Apenas para ilustrar, as cinzas de carvão são matéria e energia inutilizável (elevada entropia); um metro cúbico de gás possui baixa entropia e é utilizável. Do mesmo modo, o consumo desse gás resulta em matéria e energia dissipada.

Diante dessa ruptura metabólica, a economia terá que ser redirecionada para dar conta de mudanças qualitativas e não quantitativas como estabelece o pensamento econômico hegemônico. O paradigma do crescimento econômico ilimitado perde sua solidez ideológica e se desmancha diante da implacável lei da entropia. “Mudar o sistema e não o clima” expressa a perspectiva na qual os direitos da Terra e das espécies que nela habitam terão que ser contemplados. Também inclui uma distribuição equitativa dos bens comuns, entre as gerações atuais e as futuras.

Claramente, estamos diante de **confrontos econômicos, culturais e socioambientais** cuja compreensão necessita de abordagens interdisciplinares, mas com a perspectiva da necessária e vital transdisciplinaridade (as chamadas fronteiras do conhecimento). Significa dizer que precisamos de diálogos para além das ciências estabelecidas e enraizadas no paradigma do crescimento econômico ilimitado que determina a vida de todas as espécies neste pequenino e frágil planeta.

5. O QUE FAZER?

Nicholas Georgescu-Roegen, um importante economista da Universidade de Harvard e de Vanderbilt, propôs um interessante programa bioeconômico. O autor inicia seus argumentos tratando de uma situação de escassez crônica. Em tal condição, continua, não resta outro caminho senão atuar sobre a demanda, mesmo que seja apenas para ganhar tempo e aumentar as disponibilidades (oferta) de recursos. É uma situação dramática de restrição profunda do consumo de uma produção que tende a se apresentar insuficiente. Pode-se dizer que, em tal circunstância, o mercado é o pior mecanismo para a alocação de recursos. Há a necessidade de que outros valores e critérios sejam adotados para mitigar os efeitos de tal situação de penúria. Subtende-se, então, que o mercado somente funcionaria em uma situação de fartura ou de inteira normalidade de sincronia entre demandas e ofertas da diversidade de mercadorias. Mesmo sem fartura, uma situação de completa sincronia das forças de mercado é única dentre infinitas outras em que prevalecem processos assíncronos. Os processos econômicos capitalistas compõem uma realidade caótica

cuja diretriz é a busca do lucro, não importando os custos sociais e ambientais, mas apenas aqueles que estão sob o controle privado dos agentes econômicos.

Diante do fato de que os processos econômicos se expandem dentro de um sistema fechado que é a Terra, GEORGESCU-ROEGEN (2007, p. 81-85), propõe o seguinte esboço de programa bioeconômico:

- 1) Cessar completamente a produção de todos os artefatos de guerra. O imenso volume de recursos alocados na produção de armamento seria de imediato utilizado para outras finalidades.
- 2) A população de todos os países deve ser reduzida aos níveis que permitam alimentá-la somente com os produtos agricultura orgânica. Este passo atinge diretamente os países superpopulosos.
- 3) Os países subdesenvolvidos e superpopulosos devem receber ajuda suficiente para eliminar a fome e suas consequências. Não seria uma ajuda em termos de envio de comida, mas sim para criar condições destes países produzirem para eles mesmos. Seria necessário também dar-lhes condições para que produzam tratores, arados e fertilizantes. Para os países desenvolvidos, teria que haver uma profunda mudança em seu extravagante modo de vida e renúncia a sua mania por crescimento econômico.
- 4) Enquanto não chega uma nova, limpa e abundante fonte de energia, a população, em qualquer lugar, deve racionalizar a demanda por calefação, refrigeração, iluminação e por mais velocidade, reduzindo-a ao mínimo necessário. Isso também se aplica à demanda por matéria.
- 5) A humanidade deve eliminar a ânsia pelo “maior e melhor”.
- 6) A humanidade deve se livrar da influência da moda (a moda só pode ser uma coisa muito feia e odiosa, pois as pessoas sempre procuram novidades a cada estação). A moda é, provavelmente, um dos principais esbanjadores de energia nos países desenvolvidos, incluindo-se aqueles não tão desenvolvidos. Se todos se livrassem do desejo de mudar o estilo de roupa a cada estação, de trocar de carro a cada ano e de mobiliário a cada dois anos, os fabricantes talvez avaliassem melhor a adoção da durabilidade e a possibilidade de conserto no lugar da obsolescência programada.
- 7) Devemos também nos livrar da “síndrome da máquina de barbear”. Trata-se de frear a busca incessante por mecanismos que façam tudo mais rápido, para que possamos fazer outras coisas mais rapidamente ainda e assim por diante (tradução livre).

Segundo Georgescu-Roegen, esse é um programa mínimo que serve para mostrar que o Homem terá que interagir com a Natureza de maneira racional, para assegurar sua existência exossomática. Além disso, para elevar a consciência de que essa interação terá repercussões importantes sobre as relações sociais dentro de um país e entre países. A paz no lugar de conflitos, os quais poderão ser atenuados com recomendações orientadas por princípios calcados em valores de uma economia e tecnologias mais desenvolvidas e adequadas a novas interações com os ecossistemas. Um novo conjunto de valores que reflitam o fato de que o homem é uma espécie consciente de sua existência e que as ações humanas ameaçam sua permanência na Terra. Finaliza dizendo que um preceito importante para nossa época é o seguinte: “Ama a tua espécie como a ti mesmo, para que a geração atual e a futura possam desfrutar da vida plenamente”.

Uma rápida apreciação do programa mínimo apresentado por Georgescu-Roegen permite identificar, contudo, uma forte ênfase antropocêntrica por não fazer menção explícita às demais espécies animais e vegetais. Ademais, não oferece uma crítica ao modo de produção do **capital**, embora o faça com relação ao modo de vida da sociedade capitalista. Inclui uma crítica ao modo de vida e reconhece as desigualdades existentes no mundo e mesmo dentro de países ricos. Mas, não faz uma análise crítica das categorias fundantes do sistema do **capital**, quais sejam, a propriedade privada, a mercadoria, o **dinheiro**, o Estado e o mercado, com a qual Georgescu poderia contribuir para mais bem compreender as causalidades que estão por trás da degradação e das consequências sociais registradas no mundo e que mais bem respaldaria sua proposta de programa bioeconômico.

Percebe-se, contudo, um forte apelo humanitário quando propõe o fim da produção de armas e eliminação da fome. Mais forte ainda é o apelo à consciência individual à base do controle de cada um sobre sua ansiedade e desejo pela novidade. No entanto, por não criticar o modo de produção, não percebe que as guerras atuais e a fome, de um lado, e ansiedades e desejos, de outro, têm como fulcro a racionalidade econômica (acumulação de capital) e cultural (estímulos consumistas) do sistema e não uma suposta natureza humana idealizada.

Apenas para propor um debate, um programa bioeconômico mínimo para o Brasil teria que ser pensado, pelo menos, dentro das seguintes linhas:

- Desmatamento zero, reforma agrária, agroecologia, produção diversificada, agricultura familiar, produção de alimentos;
- Habitações com sistemas de captação de água da chuva e de energia solar;
- Construção de prédios com materiais que permitam sua reutilização e reaproveitamento;
- Transportes urbanos coletivos (trem, metrô, bonde), ônibus em vias preferenciais, ciclovias e ruas para pedestres;
- Iluminação de baixo carbono;
- Fabricação de bens com elevada durabilidade e que tenham conserto;
- Fim da propaganda de remédios, bebidas alcoólicas, produtos supérfluos como uma questão de saúde pública e do ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece não haver dúvidas de que o presente ainda compõe a pré-história da humanidade, ou a história da humanidade ainda por ser escrita, mesmo que não nas condições de nossa própria escolha. Nesse caminhar de nossas escolhas difíceis encontra-se a economia capitalista, cuja característica central é sua volúpia em transformar tudo o que existir na biosfera em mercadorias. Contudo, o ambiente não é mercadoria, pois não pode ser reproduzido de acordo com as leis que regulam o mercado (FOSTER, 2002, p. 27).

A acumulação de capital se expande para incluir a Natureza, não importando os custos sociais e ambientais de sua autoexpansão. Recorrentemente, *dinheiro* é transformado em *dinheiro* mesmo que em circunstâncias de freio na produção de mercadorias e de elevado desemprego. A produção é, na realidade, um meio para a expansão do *dinheiro*. Esta orientação unidirecional não tem as necessidades humanas como finalidade, e menos ainda os danos ambientais que dela decorre.

A teoria econômica que respalda essa orientação unidirecional trata o processo de produção como se este funcionasse em um espaço vazio, e não como um subsistema da biosfera. É precisamente esta restrição que demonstra a fratura metabólica determinada pela “guerra do capitalismo contra a Terra” (FOSTER *et alii*, 2010) pelo descompasso entre as leis inerentes ao modo de produção do capital e aquelas que regem as interações ecossistêmicas. O paradigma do crescimento econômico ilimitado conjura no sentido dessa ruptura.

Na perspectiva do capital, a Natureza terá que ser precificada para que os custos ambientais sejam internalizados e atendam às regras de maximização de lucro. A questão é que a internalização de todos esses custos é feita com base na criação artificial de mercados para os bens comuns e para os serviços ambientais fornecidos pela biodiversidade dos ecossistemas. Para ilustrar a impossibilidade da internalização, Foster (2002, p. 37) cita como exemplo emblemático o complexo petróleo-automóvel que degrada cidades (e compromete a mobilidade humana), a atmosfera do Planeta e a própria vida humana e das demais espécies. Citando K. William Kapp – “Capitalism must be regarded as an economy of unpaid costs” – o professor de Sociologia da University of Oregon, conclui que a completa internalização de custos sociais e ambientais é impensável.

As lutas de há muito travadas, para denunciar a dilapidação da biosfera, trazem em seu bojo um novo discurso lastreado nas territorialidades em que habitam os povos tradicionais ameaçados. As injustiças socioambientais e os conflitos distributivos são expressões dessas lutas, as quais envolvem classe, gênero, etnias, opressão de todos os tipos e degradação do ambiente. São lutas que demonstram na prática a ruptura social causada pela produção fundada na lógica do crescimento econômico ilimitado, estimuladas pelas contradições criadas por um sistema de exploração geral das qualidades humanas e da Natureza.

Para Marx (1993, p. 409-410), o sistema do capital somente admite aquilo que passa por seu crivo de legitimação, cujo critério é pertencer a seu circuito social de produção e troca. Para esse sistema, a Natureza é puramente um objeto de uso (*a matter of utility*). Claramente, a trajetória da acumulação ilimitada é destrutiva. Importa, sobretudo, desenvolver as forças produtivas para acelerar a transformação de recursos naturais em resíduos e dejetos.

Em nome da “divindade visível”, a produção acelerada exige consumo acelerado para que o *dinheiro* se expanda sem limites. Os produtos são feitos para quebrar e se tornarem rapidamente obsoletos para que, assim, novos modelos sejam comprados. Extração de recursos naturais, transformação e descarte conformam a linearidades de um processo cujo produto final é a enorme e crescente quantidade de lixo para ser assimilado pelos ecossistemas.

Referências

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. 2ª ed. Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro-RJ, 1991.

FOSTER, John Bellamy. *Ecology Against Capitalism*. New York: Monthly Review, 2002.

_____. *A ecologia de Marx – Materialismo e natureza*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro-RJ, 2005.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett and YORK, Richard. *THE ECOLOGICAL RIFT – Capitalism’s war on the Earth*. Monthly Review Press, New York-USA, 2010.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *Ensayos bioeconómicos*. Los Libros de la Cararata, Madrid, 2007.

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. Editora UNICAMP, Campinas-SP, 2015.

MARX, Karl. *O capital - Livro terceiro, Tomo 2, vol. V*. Nova Cultural, São Paulo, 1988.

_____. *Grundrisse*. Penguin Books-New Left Review, London, 1993.

OLIVEIRA, Aécio. *Formação humana: liberdade e historicidade*. In: Ercília Maria Braga de Olinda (Organizadora). Fortaleza-CE, Editora UFC.

PORTO-GONÇALVES, Walter. *Sustentando a Insustentabilidade: comentários à Minuta Zero do documento base de negociação da Rio+20*. EcoDebate – Cidadania & Meio Ambiente. Publicado em 1º/fevereiro/2012:

<http://www.ecodebate.com.br/2012/02/01/sustentando-a-insustentabilidade-comentarios-a-minuta-zero-do-documento-base-de-negociacao-da-rio20-artigo-de-carlos-walter-porto-goncalves/>. Acesso: 20 julho 2015.

GRANÇAS SOBRE IDENTIDADE NEGRA NO NORDESTE DO BRASIL

Vera Rodrigues¹

O sol no seu país é tão quente quanto aqui? Experiências diaspóricas na terra do sol – Ceará.

“O sol no seu país é tão quente quanto aqui.” Desde que cheguei, em meados de 2013, essa pergunta já me foi feita com algumas variações em diferentes momentos. Em diferentes locais públicos em que transito. Na capital e no interior. Pela primeira vez, experimento em meu próprio país a dimensão diaspórica de “negra estrangeira” no sentido mais aludido à noção de *outsider*. Assim, tal questionamento identitário que me é feito parte do metafórico lugar em que sou enquadrada: a África – e aqui em uma visão homogênea do continente – tendo o sol como parâmetro entre o Ceará, a “terra do sol” ou a “terra da luz” e a ideia de uma ensolarada África.

Nesse percurso analítico percebo que negros(as) aqui são estrangeiros(as), quase sempre enquadrados(as) na categoria de africanos(as): “Ja sei... você é angolana!” (Exclama o taxista); “Ah, você que vêm do outro lado do atlântico...” (Sussurra outro taxista); “A moça é de Moçambique? Cabo Verde? Eu já namorei uma de vocês!” (Diz-me, em tom de galanteio, o porteiro do prédio); “Nos pensávamos que a senhora tra africana!” (Comenta em tom de surpresa a estudante universitária); “Chegou uma africana!” (Grita a funcionária do salão de beleza ao me ver entrar no recinto).

E, finalmente a pergunta indireta: O sol no seu país é tão quente quanto aqui? Recordo que a primeira vez que ouvi a pergunta...

¹ Doutora em Antropologia Social Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Instituto de Humanidades e Letras – Campina Grande, Paraíba. E-mail: vera.rodrigues@unilab.edu.br